



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 1.168, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça

SELMA SAUERBRONN
Vice-Procurador-Geral de Justiça

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Corregedora-Geral de Justiça

JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO
Chefe de Gabinete do MPDFT

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Secretário-Geral



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 9h às 19h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 89/2017 – UASG 200009

Nº Processo: 08191.096648/2017-31. Objeto: Aquisição de medicamentos. Total de Itens Licitados: 34. Edital: 09/11/2017 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 607, Ed. Sede do Mpdft, Praça do Buriti - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200009-5-00089-2017. Entrega das Propostas: a partir de 09/11/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/11/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.
Marli de Sousa Rego – Pregoeira MPDFT.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

##ATO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

##TEX Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. Processo: 08191.106593/2017-85. Objeto: Disponibilização da ferramenta de pesquisa de preços praticados pela administração pública, denominada BANCO DE PREÇOS. Valor total: R\$ 23.970,00 (vinte e três mil, novecentos e setenta reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: RENATO LUQUEIZ SALLES – Secretário-Geral Adjunto do MPDFT, em 07/11/2017.

##ASS RENATO LUQUEIZ SALLES
##CAR Secretário-Geral Adjunto do MPDFT.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL**

PORTARIA Nº 1080 , DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.115437/2017-13,

RESOLVE:

Designar o servidor **FABRICIO MARIANO DE ARAUJO ESTRELA AZEVEDO**, matrícula 4269-2, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe de Secretaria de Promotoria da Secretaria Administrativa da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Planaltina, código FC-03 (80000001).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


RENATO LUQUEIZ SALLES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº **1081**, DE **7** DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.115222/2017-94,

RESOLVE:

Designar a servidora **MONICA APARECIDA SILVA**, matrícula 2891-6, Analista do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Comunicação Social da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe da Secretaria Administrativa da Secretaria de Comunicação da Assessoria de Políticas Institucionais, código FC-02 (50004023), dispensando, em consequência, a servidora **MONICA DA SILVA PIRES**, matrícula 4868-2.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


RENATO LUQUEIZ SALLES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL**

PORTARIA Nº **1082**, DE **7** DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.115311/2017-31 e 08191.115318/2017-52,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor **PHELIPE DOS SANTOS GONCALVES**, matrícula 4550-1, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 01a. P.J. Criminal de Ceilândia da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Ceilândia, código CC-01 (72001059), exonerando, em consequência, o servidor **MOUZARTT DE QUEIROZ OLIVEIRA**, matrícula 4888-7.

Art. 2º Nomear o servidor **MOUZARTT DE QUEIROZ OLIVEIRA**, matrícula 4888 -7, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 05a. P.J. Criminal de Ceilândia da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Ceilândia, código CC-01 (72001063), exonerando, em consequência, o servidor **PHELIPE DOS SANTOS GONCALVES**, matrícula 4550-1.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


RENATO LUQUEIZ SALLES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**

**A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso da
competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 2/6/2016, tendo em vista o que
consta no Processo *Tabularium* n.º 08191.089977/2017-26,

RESOLVE:

Alterar a Portaria n.º 136/2017 – SECOR/API, que concedeu licença para
capacitação à servidora **Cláudia Helena Bragança**, ocupante do cargo de Técnico do
MPU/Apoio Técnico Administrativo/ Administração, matrícula 1990, que passa a vigorar
com a seguinte redação:

Onde se lê:

“(…) no período de 8/11/2017 a 7/12/2017 (30 dias)”

Leia-se:

“(…) no período de 13/11/2017 a 12/12/2017 (30 dias)”

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

DENISE RIBEIRO ALICERAL



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**

**A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso da
competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 440/SG, de 2/6/2016, tendo em vista o que
consta no Processo *Tabularium* n.º 08191.053254/2017-99,

RESOLVE:

CANCELAR, a pedido, a licença para capacitação concedida ao servidor
JOSUÉ DE MOURA JÚNIOR, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Segurança
Institucional e Transporte, matrícula 3995, referente ao período de **6/11/2017 a 5/12/2017 (30
dias)**, por meio da Portaria 72/2017 – SECOR/API.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

DENISE RIBEIRO ALICERAL



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**

**A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 2/6/2016, tendo em vista o que consta no Processo *Tabularium* n.º 08191.106430/2017-01,

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação à servidora **Fernanda Sesconetto Borges Rulli**, Analista do MPU/Saúde/Odontologia, matrícula 4450, no período de **4/12/2017 a 19/12/2017 (16 dias)**, referente ao 1º quinquênio (**15/7/2008 a 13/7/2013**), para a realização dos cursos “Ética e Administração Pública” - 40 horas e “Risco Químico e Resíduo de Serviços de Saúde” – 6 horas, com carga horária de 46 (quarenta e seis) horas, ministrados pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB e pela Escola de Educação Permanente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP, respectivamente, na modalidade à distância, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.112/90, e da Portaria/PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

DENISE RIBEIRO ALICERAL